

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS "VALOR MÁXIMO" X "VALOR ESTIMADO" X "VALORES PRATICADOS NO MERCADO" NAS LICITAÇÕES (Flavia Daniel Vianna) 831

LEI DE BENFORD PARA A AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE SOBREPREGO NA CONSTRUÇÃO DA ARENA DA AMAZÔNIA (Flávia Ceccato Rodrigues da Cunha e Maurício Soares Bugarin) 841

A QUESTÃO DA DISCRICIONARIEDADE NO RDC (Fedra Simões de Lyra) 858

DA LICITAÇÃO INTERNACIONAL E A MARGEM DE PREFERÊNCIA (Braulio Chagas Pighini e Magno Federici Gomes) 870

QUESTÕES PRÁTICAS

ESTATUTO DA MICROEMPRESA – Hipótese de dispensa de licitação em razão do valor – Contratação a ser feita preferencialmente com ME (Microempresa) e/ou EPP (Empresa de Pequeno Porte) – Interpretação do inc. IV do art. 49 da LC nº 123/2006 – Exigência de pesquisa de preços entre as pequenas empresas 881

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Assinatura anterior à homologação e adjudicação da avença – Inobservância do procedimento formal de licitação – Irregularidade que imporia a anulação do certame e da respectiva avença – Ausência de prejuízo para o interesse público – Aplicação do princípio *pas de nullité sans grief* 881

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – Concorrência – Pretensa venda por valor inferior ao de avaliação (preço mínimo) – Inviabilidade 883

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO – Bem público – Concorrência pública – Licitação deserta – Repetição – Nova deserção – Contratação baseada no art. 24, inc. V, da Lei nº 8.666/1993 883

CONVITE – Empresa cujo sócio é o primo do sogro de servidora que integra a comissão de licitação – Interpretação da disciplina contida no art. 9º, inc. III, da Lei nº 8.666/1993 – Proibição que não se estende aos parentes de servidores ou agentes públicos ou políticos 884

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Contratação de escritório de advocacia para consultoria jurídica e patrocínio judicial do Município – Retomada dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico pela Urbe – Denúncia pela prática, em tese, do crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/1993 – Contratação direta que observou a necessidade de procedimento administrativo formal, a notória especialização do profissional, a natureza singular do serviço, a inadequação de sua prestação pelos integrantes do Poder Público e a verificação da prática de preço de mercado para o serviço – Hipótese em que inexistia prova da materialidade da prática do delito – Rejeição da inicial acusatória por falta de justa causa (STF) 887

CONSTITUIÇÃO DE ESTADO-MEMBRO – Alteração de dispositivo por emenda – Possibilidade de recurso, dotado de efeito suspensivo, para o Plenário da Assembleia Legislativa, das decisões tomadas pelo Tribunal de Contas Estadual, com base em sua competência de julgamento de contas – Atribuição à Casa de Leis de competência para sustar não apenas os contratos, mas também licitações e eventuais casos de dispensa e inexigibilidade – Inconstitucionalidade – Inteligência do art. 71, incs. I e II, e seu § 1º, e do art. 75 da CF/1988 (STF) 898

PROPOSTA – Pregão presencial – Registro de preços – Oferta de objeto (motoniveladora) com características superiores às especificações técnicas exigidas no edital e com o menor preço – Gênero do bem licitado inalterado – Desclassificação – Violação ao princípio da razoabilidade – Vinculação ao instrumento convocatório que não pode afastar o princípio da economicidade – Proposta mais vantajosa à Administração (TJAC) 904

ISSQN – Contrato administrativo – Contrato de empreitada para execução de serviço de manutenção de rodovia – Retenção de valores pela autarquia contratante a título do tributo – Inadmissibilidade – Ausência de previsão na avença – Desequilíbrio econômico-financeiro do ajuste – Ressarcimento que se impõe – Aplicação de ato normativo vigente à época do pacto e do art. 65, inc. II, al. d, da Lei nº 8.666/1993 (TJRS) 910

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Desestatização – Serviços de avaliação econômico-financeira e modelagem da privatização do sistema financeiro de banco estadual – Art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 – Ausência de justificativa para a contratação direta – Reputação ético-profissional das contratadas não demonstrada – Subcontratação de quase a totalidade do objeto da avença – Incompatibilidade do objeto contratual com as finalidades das instituições – Não ocorrência da integral prestação do serviço – Nulidade do ajuste celebrado – Malversação do dinheiro público – Responsabilidade concorrente do Estado-membro e das contratadas – Reparação do patrimônio público lesado (TRF2ªR) 916

PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de serviços de vigil patrimonial – Habilitação – Comprovação de capacidade técnica-operacional – Apresentação de um único atestado – Admissibilidade – Hipótese em que o aumento de quantitativos exige capacidade operativa e gerencial da licitante – Possibilidade de soma de atestados que apresentem serviços executados de forma concomitante (TCU) 929